

# A CRIAÇÃO DA ALIANÇA DO PACÍFICO E OS IMPACTOS PARA O MERCOSUL

## Área 5: Economia Internacional

Aline Ribeiro de Oliveira \*  
André Filipe Zago de Azevedo \*\*

### RESUMO

Este artigo examina os efeitos da liberalização comercial entre os países membros da Aliança do Pacífico (AP) e os países do MERCOSUL, por meio do modelo de equilíbrio geral computável *Global Trade Analysis Project* (GTAP), sobre a produção, comércio e bem-estar. Os resultados apontaram que os maiores beneficiados com a formação da AP seriam Chile e México, devido à melhoria de seus termos de troca. Os ganhos de bem-estar do Chile chegaram a US\$ 230 milhões, enquanto no México eles alcançaram US\$ 75 milhões. O MERCOSUL seria o grupo de países mais prejudicado, em termos de bem-estar, com a criação da AP.

Palavras-chave: Livre-Comércio; Modelos de Equilíbrio Geral; Aliança do Pacífico.

### ABSTRACT

This paper examines the impacts from the trade liberalization on production, trade and welfare among the Pacific Alliance (PA) and MERCOSUR members employing the computable general equilibrium *Global Trade Analysis Project* (GTAP). The results show that Chile and Mexico would benefit most from the agreement due to an improvement in their terms of trade. The total welfare gains obtained from Chile reached US\$ 230 million, while in Mexico they were US\$ 75 million. MERCOSUR countries would be most negatively affected by the new bloc, with the larger welfare loss.

Keywords: Free Trade; General Equilibrium Models; Pacific Alliance.  
JEL: F15; C68.

---

\* Mestre em Economia pela UNISINOS. Email: [prof.alineventorini@gmail.com](mailto:prof.alineventorini@gmail.com) .

\*\* Professor do PPGE da UNISINOS e pesquisador do CNPq. Email: [aazevedo@unisinis.br](mailto:aazevedo@unisinis.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Até o ano de 1990, apenas 70 acordos preferenciais de comércio estavam em vigor. A partir dos anos de 1990, houve um aumento expressivo dos acordos preferenciais. Em 2013, mais de 500 acordos preferenciais haviam sido notificados à OMC, estando, no ano de 2013, em vigor 356 deles. Da totalidade de acordos, 390 foram notificados por meio do artigo XXIV (OMC; 2013). Como resultado, atualmente quase todos os membros da OMC participam de, ao menos, um bloco. Esse fenômeno é reconhecido como a segunda onda de regionalismo, em contraste com a primeira onda, ocorrida entre o final dos anos de 1950 e a década de 1960.<sup>1</sup>

A América Latina não ficou alheia a esse processo de integração econômica. A partir dos anos 1990, alguns acordos preferenciais de comércio foram criados ou relançados, como o MERCOSUL e a Comunidade Andina, respectivamente. Apesar dos avanços na liberalização comercial que esses acordos trouxeram aos seus membros, eles ainda estão distantes de atingir seus ambiciosos objetivos. Nesse contexto, a criação da Aliança do Pacífico (AP) poderá ser uma exceção na tumultuada história de integração econômica dos países da América Latina. O bloco, criado formalmente em 6 de junho de 2012, é formado por Chile, México, Peru e Colômbia e coincide com o atual momento de expansão dos acordos preferenciais de comércio.

A Aliança do Pacífico tem como objetivo criar uma área de livre comércio e aprofundar a integração econômica entre seus integrantes. Uma característica marcante diz respeito ao viés econômico mais liberal de seus membros quando comparado aos seus vizinhos da América Latina, especialmente o MERCOSUL. Isso se deve as baixas tarifas de importação de seus membros e à adoção de um regionalismo aberto, com dezenas de tratados de livre comércio assinados com países e blocos, mas que mantém total autonomia nas suas negociações com terceiros países.

Entretanto, se o bloco que está se formando possui uma tendência mais liberal, fica a dúvida de qual benefício a sua criação desta aliança traria aos países participantes. E, além disso, que impacto traria sobre os países vizinhos do MERCOSUL. Portanto, o objetivo deste artigo é estimar, por meio de um modelo de equilíbrio geral computável (EGC), os efeitos da plena liberalização comercial dos países para seus membros e os países do MERCOSUL, em termos de comércio, produção e bem-estar. O modelo de EGC empregado para as simulações foi o *Global Trade Analysis Project* (GTAP), que adota uma estrutura de mercado de competição perfeita e retornos constantes de escala. Por ser capaz de representar os fluxos comerciais e principais instrumentos de proteção comercial existentes no mundo, o GTAP é indicado para as análises relativas à integração comercial.

O trabalho está dividido em seis seções, contando com essa introdução. A seção 2 descreve o processo de integração da Aliança do Pacífico, com destaque para os ainda baixos fluxos comerciais intrabloco. A seção 3 apresenta as tarifas de importação e o perfil de comércio dos países membros da AP. Na seção 4 o modelo de EGC e a simulação são apresentados, enquanto na seção 5 os resultados dos efeitos da plena liberalização promovida pela AP sobre produção, comércio e bem-estar são analisados. Por fim, a seção 6 apresenta as conclusões.

## 2 A FORMAÇÃO DA ALIANÇA DO PACÍFICO

O surgimento da Aliança do Pacífico remonta ao ano de 2010. De acordo com BID-INTAL (2013), a iniciativa de constituir um novo bloco econômico que integrasse a Ásia e o Pacífico foi do presidente Peruano Alan Garcia, em outubro de 2010. Ele propôs aos seus vizinhos latino-americanos Panamá, Colômbia, Equador e Chile para iniciar o processo de integração profunda que garantiria a circulação comercial livre entre seus bens, serviços, capitais e a livre circulação de pessoas. Logo em seguida, o presidente Chileno Sebastian Piñeyra convocou os chefes de governo

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre as ondas de regionalismos, ver Ethier (1998).

do Peru, da Colômbia e do México para estreitarem seus acordos por meio de uma integração profunda. A partir deste momento iniciaram-se as avaliações para executar na prática o projeto.

Na Declaração de Lima, em 28 de abril de 2011, foi estabelecida a Aliança do Pacífico, composta por Chile, Colômbia, México e Peru, com intuito de avanço progressivo na livre circulação de pessoas, capitais e bens. Em 06 de junho de 2012, foi assinado o Acordo Marco que estabelece a Aliança do Pacífico. Nesse acordo foi ratificado o compromisso de privilegiar a integração e o propósito de avançar progressivamente para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, através, entre outros, da eliminação de obstáculos para gerar maior dinamismo nos fluxos de comércio e investimento entre os países da Aliança do Pacífico. No dia 26 de agosto de 2013, na reunião do Conselho de Ministros, foi anunciada a liberação de 92% dos produtos de forma imediata e o restante 8% de forma gradual.

A característica principal da Aliança do Pacífico é uma postura comercial mais liberal em comparação aos seus vizinhos da América Latina, com uma elevada quantidade de acordos bilaterais com diversas nações e blocos econômicos, conforme mostra a tabela 1. O Chile apresentava, em 2014, o maior número de acordos de livre comércio entre os membros da AP (14), o dobro em relação ao Peru, de acordo com a OMC (2014). Eles também apresentavam vários acordos de alcance comercial mais limitado. Todos os países da AP mantêm um acordo preferencial de comércio tanto com o MERCOSUL como com a União Europeia.

**Tabela 1: Acordos Comerciais dos Países da Aliança do Pacífico em 2014**

<b>País</b>	<b>Acordos de livre Comércio</b>	<b>Acordos de Alcance Limitado (Acordos de Complementação Económica e de Alcance Parcial)</b>
<b>Chile</b>	14	10
<b>Colômbia</b>	6	5
<b>México</b>	10	9
<b>Perú</b>	7	8

OMC (2014)

A Aliança do Pacífico conta com países relevantes em termos comerciais da América Latina, principalmente México e Chile. O comércio exterior dos países do bloco, em 2013, registrou o valor de US\$ 558,2 bilhões nas exportações e US\$ 563,6 bilhões nas importações, de acordo com a CEPAL (2014). Tanto as exportações quanto as importações superam as dos países do MERCOSUL, que somou, no mesmo ano, exportações de US\$ 426,3 bilhões e importações de US\$ 390,6 bilhões. O maior grau de abertura comercial já faz que aos países da Aliança do Pacífico já representassem, em 2013, em torno de 50% do comércio internacional da América Latina e do Caribe (CEPAL, 2014).

No entanto, conforme se pode observar na tabela 2, os membros da AP ainda apresentam um baixo volume de comércio entre si, não superando os 10% do total comercializado com o mundo, em 2013. O país que possui a menor participação comercial com os demais membros é o México, com suas exportações para a AP alcançando 2,3% do total e as importações apenas 0,8% do total. Em contrapartida, a Colômbia apresenta o maior nível de importações dos demais membros, totalizando 13,3% do total importado pelo país, seguido do Peru, com 10,7% e do Chile, com 8,1%.

Quando se compara o comércio intrabloco com o MERCOSUL, percebe-se que o grau de dependência comercial entre os países da AP ainda é muito inferior. No caso do MERCOSUL, há países que chegam a exportar para o bloco quase a metade do total exportado para o mundo. Mesmo o Brasil, cuja dependência do bloco é menor, o país ainda exporta relativamente mais para o

MERCOSUL do que qualquer país da AP para o seu respectivo bloco. Por sinal, o grau de dependência comercial dos países da AP do MERCOSUL, tanto nas exportações como nas importações, é muito maior do que do MERCOSUL da AP.

**Tabela 2: Fluxo Comercial entre os Integrantes da ALIANÇA DO PACÍFICO em 2013**

BLOCO / PAÍS	Exportações			Importações			
	AP	MERCOSUL	Demais países	AP	MERCOSUL	Demais países	
ALIANÇA DO PACÍFICO (AP)	Chile	5,3%	8,6%	86,1%	8,1%	14,1%	77,8%
	Colômbia	6,3%	7,3%	86,3%	13,3%	8,5%	78,2%
	México	2,3%	2,6%	95,1%	0,8%	1,6%	97,6%
	Peru	7,2%	6,7%	86,1%	10,7%	10,1%	79,2%
MERCOSUL	Argentina	10,4%	28,0%	61,6%	5,2%	28,4%	66,4%
	Brasil	5,6%	12,2%	82,2%	5,6%	8,8%	85,6%
	Paraguai	10,0%	45,3%	44,7%	2,9%	42,0%	55,1%
	Uruguai	4,6%	30,7%	64,7%	4,3%	35,6%	60,1%
	Venezuela	0,9%	1,9%	97,2%	9,2%	12,1%	78,8%

Fonte: INTAL (2014).

A questão que surge é se a liberalização comercial plena da AP irá alterar essa situação, aumentando o comércio intrabloco, em detrimento do MERCOSUL para a AP. A tendência é que a formação do bloco aumente o comércio interno, devido à eliminação das tarifas de importação entre os seus membros, o que acabaria prejudicando o MERCOSUL.

### 3 TARIFAS E COMÉRCIO SETORIAL NA ALIANÇA DO PACÍFICO

Os dados tarifários deste capítulo foram extraídos da base de dados do *Market Access Map* (MacMap). Essa ferramenta pertence ao Centro de Comércio Internacional (ITC), e também dá origem a base de dados do modelo GTAP. Os dados obtidos são referentes a tarifas não discriminatórias (NMF) compostas por seus 8 dígitos do Sistema Harmonizado (SH). Além dos dados da AP também foi realizada uma análise para o MERCOSUL, visando comparar o grau de abertura entre os blocos. Os dados para a Aliança do Pacífico são de 2009, enquanto para o MERCOSUL são de 2012.

Cada um dos países possui diversificadas linhas tarifárias pelo SH, que foram agregadas para apenas 21 seções. A tarifa correspondente a cada uma das seções, neste caso, foi determinada pela média aritmética simples<sup>2</sup>. No MERCOSUL, a determinação de tarifas para países não membros é feita pela Tarifa Externa Comum (TEC) para cada produto, já na Aliança do Pacífico o regramento não se dá pela TEC, tendo em vista que este grupo de países pretende tornar-se uma zona de livre comércio.

Os indicadores com referência aos fluxos de comércio dos blocos com o restante do mundo também se referem aos anos de 2009 para AP e de 2012 para MERCOSUL. Eles foram extraídos da ferramenta *Trade Map*, também disponibilizada pelo ITC, a dois dígitos do SH em dólar e agregadas, da mesma forma que as tarifas, em 21 seções do SH.

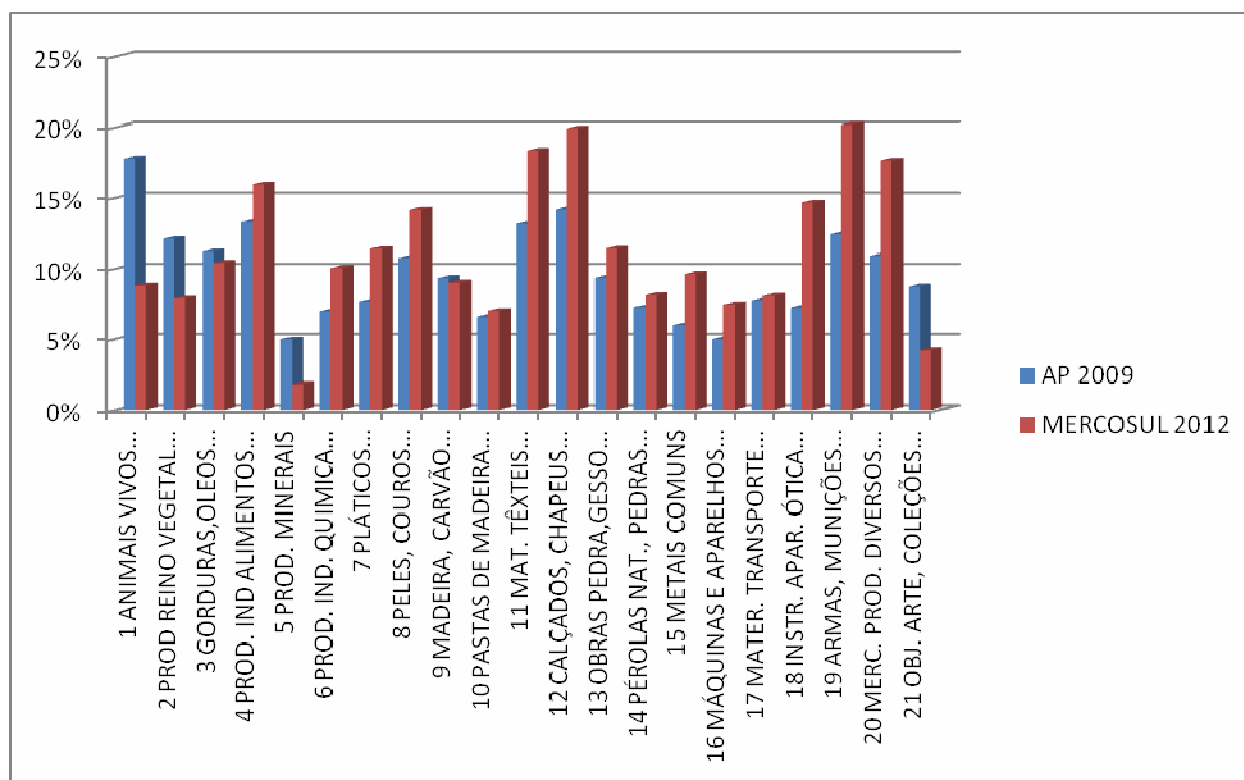
<sup>2</sup> Há dois tipos de utilização de tarifas: simples e ponderada. A melhor indicada para o tipo de análise efetuada é a média simples na utilização de tarifas, pois o método de tarifa ponderada tende a subestimar proteções em determinados setores, nos quais o comércio bilateral não possui efetividade. Por se tratar de uma pesquisa que em sua análise demonstra a intenção de identificar os setores com maior proteção, optou-se por não utilizar o método de médias ponderadas.

### 3.1 Tarifas e Perfil das Importações

O gráfico 1 apresenta as tarifas médias encontradas em cada uma das 21 seções do SH tanto para a AP como para o MERCOSUL. Pode-se identificar que apesar da AP apresentar tarifas elevadas para algumas seções, o MERCOSUL apresenta as tarifas mais altas na maioria das seções, com poucas exceções. Destacam-se as seções de Animais Vivos - apresenta tarifa média de quase metade da tarifa praticada pela AP - de Produtos do Reino Vegetal, com uma tarifa média de apenas 7% e de Produtos Minerais, com uma tarifa média da seção inferior a 5%.<sup>3</sup>

A comparação entre o MERCOSUL e a AP mostra que o primeiro bloco apresenta tarifas médias elevadas para produtos manufaturados, sendo as mais altas próximas a 20%, como calçados, tecidos e armas; e tarifas relativamente baixas para os produtos primários. Já o bloco do Pacífico mostra um viés protecionista muito menor, especialmente em produtos industrializados. As tarifas médias mais elevadas incidem em setores primários, ao contrário do que ocorre com o MERCOSUL. Esses dados comprovam o maior grau de abertura da AP em relação ao bloco do cone sul. No entanto, como já são países com menor proteção, os eventuais ganhos com a formação do bloco tendem a ser menores.

Gráfico 1: Tarifas NMF Médias por Seção do SH (%)



Fonte: OMC (2013)

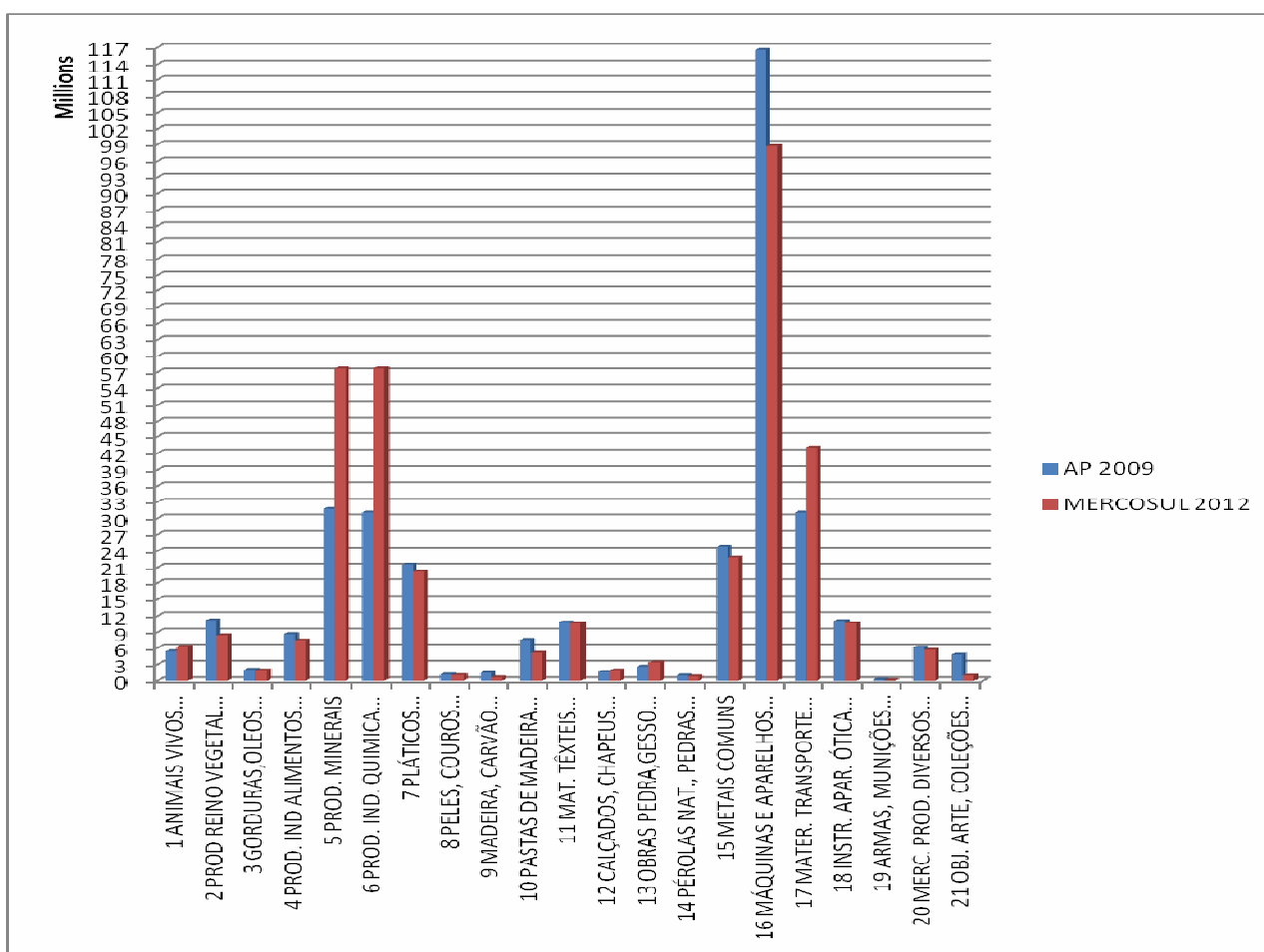
A média tarifária entre todos os setores para o MERCOSUL no ano de 2012, estimada pelo ITC, foi de 11,25%, porém em diversos setores pode-se perceber nitidamente um nível de proteção mais elevado. Para os produtos manufaturados, o percentual tarifário chega quase a dobrar em relação às tarifas para produtos primários, que apresentam para a maioria dos produtos uma tarifa de

<sup>3</sup> Na seção 17, que se refere a Materiais de Transporte, na qual estão incluídos os automóveis, a tarifa média apresentada pelo MERCOSUL foi relativamente baixa, apesar do capítulo referente a material de transporte exclusivamente se situar em torno de 21%. A tarifa zero aplicada a determinados produtos, como aviões, acabou reduzindo a média da seção.

importação inferior a 10%. Também chama a atenção que, embora proteja mais os produtos industrializados, as tarifas mais elevadas do MERCOSUL incidem sobre produtos de baixa intensidade tecnológica, como os têxteis e calçados. Enquanto isso, tarifas menores são aplicadas em setores de maior conteúdo tecnológico, o que ajuda a explicar o maior volume de importações destes.

No que se refere aos fluxos comerciais (gráfico 2), o MERCOSUL é um grande exportador de produtos primários e semimanufaturados, porém não produz com a mesma eficiência em bens manufaturados, necessitando de um grande volume de importações para abastecer seu mercado doméstico. Isso é particularmente verdadeiro em relação a produtos industrializados de maior intensidade tecnológica, especialmente de média-alta e alta tecnologia, especialmente das seções 16 (Máquinas e Aparelhos), 17 (Material de Transporte) e 6 (Produtos Químicos). A exceção são os Produtos Minerais, devido às importações de petróleo e seus derivados.

**Gráfico 2: Importações totais da AP e MERCOSUL por Seção do SH (milhões de US\$)**



Fonte: Trade Map (2014)

Percebe-se um perfil similar de importações da AP, que se concentram em produtos de maior conteúdo tecnológico. A seção 16 apresenta um volume ainda maior de importações em relação MERCOSUL, em razão da intensa relação comercial do México com o Estados Unidos, através do NAFTA, o que acaba estimulando as importações de Máquinas e Aparelhos daquele país. Também se percebe uma concentração das importações nas seções 17, 5 e 6.

Uma questão importante que se coloca para a Aliança do Pacífico é se a plena liberalização comercial entre seus membros irá estimular o comércio de produtos industrializados e qual será o perfil desses produtos, de maior ou menor intensidade tecnológica. Nesse sentido, se questiona se o

processo de integração irá deslocar as exportações de parceiros do MERCOSUL desses setores de maior conteúdo tecnológico.

#### 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os modelos de equilíbrio geral computável (EGC) têm sido muito utilizados para examinar os efeitos dos Acordos Preferenciais de Comércio (APCs) sobre países membros e não membros. Eles permitem estimar as mudanças de bem-estar associadas às reduções preferenciais da estrutura de proteção, cobrindo tanto os efeitos estáticos como os efeitos dinâmicos da integração. Ganhos estáticos surgem da especialização da produção de acordo com as vantagens comparativas, alteração nos termos de troca, aumento de eficiência devido à maior competição externa e economias de escala. Já os efeitos dinâmicos se referem às mudanças nas taxas de crescimento econômico (AZEVEDO; FEIJÓ, 2010).

A literatura que trata de modelos de EGC mostra que os ganhos de bem-estar são usualmente maiores em modelos com competição imperfeita quando comparados aos modelos que só permitem competição perfeita, em estudos que analisam o NAFTA, (por exemplo, ROLAND-HORST; REINERT; SHIELLS, 1992), a UE (por exemplo, HARRISON; RUTHERFORD; TARR, 1997), a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (por exemplo, WATANAKI; MONTEAGUDO, 2001) e o MERCOSUL (por exemplo, FLORES, 1997; CAVALCANTE; MERCENIER, 1999), na medida em que os primeiros criam mecanismos adicionais através dos quais um APC pode afetar o bem-estar.

Neste estudo foi utilizado o modelo de equilíbrio geral aplicado GTAP. Ele é um modelo padrão multirregional de equilíbrio geral aplicado, que se enquadra na primeira geração de modelos ao adotar uma estrutura de mercado de competição perfeita e retornos constantes de escala nas atividades de produção e consumo (HERTEL, 1997; HERTEL; TSIGAS, 1997). Ele foi desenvolvido pelo Centro de Análise de Comércio Global do Departamento de Economia Agrícola da Universidade de Purdue, nos Estados Unidos. A sua 6ª versão, utilizada neste estudo, consiste de uma ampla base de dados referentes a 87 regiões e 57 setores, de uma estrutura padronizada de modelagem e de um *software* para a manipulação dos dados e implementação de simulações (HERTEL, 1997). Como os demais modelos de equilíbrio geral computável, pode-se compreender o GTAP como sendo composto por três módulos centrais (FERRAZ, 2013; HORRIDGE, 2003):

- a. Um banco de dados com matrizes de insumo-produto, matrizes de impostos, matrizes de contabilidade social etc., que fornece a base empírica do modelo;
- b. Uma estrutura em ninho formada por funções microeconômicas tradicionais (minimização de custos, maximização de lucro, condições de equilíbrio etc.), que operacionaliza o banco de dados para a simulação, criando os canais de ação dos choques;
- c. Um fechamento macroeconômico que determina as variáveis endógenas e exógenas de modo a tornar viável a resolução das equações estruturais do modelo.<sup>4</sup>

O modelo GTAP usa uma estrutura de ninho de três níveis na especificação da função de produção. No topo, a função de produção assume substitutibilidade zero entre os fatores primários de produção e os insumos intermediários (tecnologia de Leontief). Assim, o *mix* ótimo de fatores primários é independente dos preços dos insumos intermediários, enquanto o *mix* ótimo de insumos intermediários não varia conforme o preço dos fatores primários. O segundo nível envolve uma elasticidade de substituição constante, tanto entre os insumos como entre os fatores de produção. Assume-se que os insumos importados são diferenciados por origem, assim como os insumos

---

<sup>4</sup> Para maiores informações acerca do GTAP, ver Hertel (1997).

domésticos são discriminados em relação aos importados. Isto é, as firmas inicialmente determinam o *mix* ótimo de insumos domésticos e importados e somente depois decidem a respeito da origem das importações (hipótese de Armington). O nível mais baixo do ninho também assume uma elasticidade de substituição constante entre os insumos importados de diferentes origens (AZEVEDO, 2008).

Em relação à função de utilidade, o modelo usa uma estrutura de ninho em quatro níveis. O nível mais elevado da demanda final é governado por uma função de utilidade agregada do tipo Cobb-Douglas, onde a renda é destinada ao consumo privado, aos gastos do governo e à poupança. Portanto, cada uma dessas categorias apresenta uma parcela fixa na renda total. Uma vez que a mudança nos gastos foi determinada, o próximo passo consiste em alocá-los entre os bens agregados. Isto é feito no segundo nível do ninho de demanda, onde as despesas do governo são ditadas por uma função Cobb-Douglas, enquanto os gastos privados agregados são modelados por uma forma funcional não-homotética, a *constant difference elasticity* (CDE). Essa forma de função de utilidade implica que sucessivos aumentos no consumo privado de determinados bens ou serviços não geram necessariamente melhorias equiporcionais no bem-estar econômico. Assim que a demanda agregada por importações é determinada, o restante das árvores de utilidade de ambos, governo e setor privado, é análogo ao segundo e terceiro níveis da demanda das firmas por insumos intermediários, baseando-se essa demanda em uma função de utilidade com elasticidade de substituição constante. A única diferença entre a demanda por importações agregadas das firmas e a das famílias são as suas respectivas parcelas nas importações. Em consequência, os setores (e famílias) mais intensivos no uso de importações serão os mais afetados pelas mudanças nas tarifas de importação (AZEVEDO, 2008).

#### 4.1 Agregação Setorial e Regional

As 87 regiões e os 57 setores da 6ª versão deste *software* foram agrupadas em nove regiões e seis setores de forma a permitir a mensuração dos impactos da integração da Aliança do Pacífico sobre o comércio e o bem-estar dos países participantes e não participantes do acordo. Para determinar a agregação regional, que pode ser observada no Quadro 1, foram contemplados os principais parceiros comerciais envolvidos no experimento: os quatro membros da AP, os 28 membros da UE<sup>5</sup>; os membros do Mercosul, os países do BRICS (menos Brasil), dada a sua elevada participação no comércio dos países da AP e o Resto do Mundo.

Já a agregação setorial foi criada buscando identificar os efeitos do acordo sobre os setores segundo sua intensidade tecnológica.<sup>6</sup> Para isso, os setores foram organizados conforme a classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Conforme Furtado e Carvalho (2005) e Markwald (2004), atualmente, a classificação da OCDE é baseada no indicador de intensidade de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) (Gasto em P&D / valor adicionado, ou gasto em P&D / produção), sendo dividida em quatro categorias:

- a. Alta intensidade tecnológica: setor aeroespacial, farmacêutico, de informação, eletrônica, telecomunicações e instrumentos;

---

<sup>5</sup> Inclui a Croácia, que se tornou membro da UE em julho de 2013.

<sup>6</sup> Enquanto os economistas ortodoxos atribuem a todos os setores da economia o mesmo peso para explicar o comportamento da produtividade, os economistas chamados de estruturalistas identificam na indústria um papel central nesse processo. Esse setor seria a principal fonte criadora e propagadora de progressos tecnológicos, bem como o responsável por significativos retornos crescentes de escala. Dessa forma, a presença de um setor industrial dinâmico seria uma condição indispensável para o aumento da produtividade e do próprio crescimento da economia de uma nação (FURTADO; CARVALHO, 2005).



- b. Média-alta intensidade tecnológica: setores de material elétrico, veículos automotores, química (excluído o setor farmacêutico), ferroviários, equipamentos de transporte, máquinas e equipamentos;
- c. Média-baixa intensidade tecnológica: setores de construção naval, borracha e produtos plásticos, coque, produtos refinados metálicos, metalurgia básica e produtos metálicos;
- d. Baixa intensidade tecnológica: outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose, editorial e gráfica, alimentos, bebidas e fumo, têxtil de confecção, couro e calçados.

Além deles, foram incluídos os produtos primários, que tem um peso significativo no comércio internacional dos membros da AP e o setor de serviços.

### Quadro 1: Agregação Regional e Setorial

<b>Agregação Regional</b>
1. México 2. Chile 3. Colômbia 4. Peru 5. União Europeia (UE28): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia. 6. Mercosul: Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela 7. NAFTA: EUA, Canadá. 8. BRICS: Rússia, China, Índia e África do Sul. 9. Resto do Mundo: Austrália, Nova Zelândia, Resto da Oceania, Hong Kong, Japão, Coreia, Taiwan, Resto do Leste Asiático, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, Resto do Sudeste da Ásia, Bangladesh, Sri Lanka, Resto do Sul da Ásia, Resto da América do Norte, Resto do Pacto Andino, Resto da Europa, Resto da América do Sul, América Central, Resto da ALCA, Resto do Caribe, Suíça, Albânia, Resto da antiga União Soviética, Turquia, Resto do Oriente Médio, Marrocos, Tunísia, Resto do norte da África, Botswana, Resto do Sul Africano, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Resto da SADC, Madagascar, Uganda, Resto da África Subsaariana.
<b>Agregação Setorial</b>
1. Primários: arroz, trigo, cereal, frutas, vegetais, oleaginosas, cana de açúcar, açúcar de beterraba, fibras e outras culturas, animais vivos, produtos de origem animal, leite e lã, carnes, óleos e gorduras, laticínios, arroz processado, açúcar, silvicultura, pescados, óleo, carvão e gás. 2. Baixa Tecnologia: bebidas e tabaco e outros produtos alimentícios processados, têxteis, vestuário e artigos em couro, madeira, papel, borracha e minerais. 3. Média-Baixa Tecnologia: produtos de metais, metais ferrosos, gás, petróleo e carvão. 4. Média-Alta Tecnologia: veículos motorizados, peças automotivas e equipamentos de transporte, produtos químicos, plásticos. 5. Alta Tecnologia: máquinas, equipamentos eletrônicos e outros equipamentos, outras manufaturas. 6. Serviços: eletricidade, distribuição de gás, água, construção, comércio, transporte marítimo, aéreo e outros, comunicação, serviços financeiros, seguros, serviços para negócios, recreação, administração pública, defesa, saúde e educação e habitação.

Fonte: GTAP 6 (Base de Dados).

## 4.2 Cenário

A avaliação dos efeitos da integração da AP é realizada supondo o seguinte cenário:

- a. A simulação eliminou as tarifas de importação<sup>7</sup> somente no comércio entre os membros da AP, de acordo com a base de dados da 6ª versão do GTAP, que se refere ao ano de 2001.

<sup>7</sup> A simulação não inclui a eliminação de barreiras não tarifárias (BNTs) principalmente devido à dificuldade em quantificar medidas regulatórias.

Como o objetivo é mensurar os efeitos da liberalização comercial entre os países da AP, o experimento envolve somente as mudanças nas tarifas de importação adotadas pelos países membros, sem que haja reciprocidade dos países não membros. A fim de capturar os principais efeitos alocativos no acordo preferencial avaliado, a simulação foi realizada, utilizando o fechamento convencional do GTAP, o qual considera mobilidade interssetorial perfeita de trabalho e capital e mobilidade imperfeita dos fatores terra e recursos naturais. A oferta agregada nacional dos fatores de produção é exógena para cada região, assim como a tecnologia de produção das firmas.<sup>8</sup>

Seguindo o cenário estabelecido, aplicou-se um choque que eliminou as tarifas de importação vigentes entre os países do acordo, a partir do método numérico de Gragg, visando reduzir as distorções contidas no método linear de Johansen (HERTEL et al., 1992). As tarifas bilaterais ao nível de agregação apresentada pelo GTAP (com 57 setores na 6a versão) são obtidas pela agregação das tarifas não discriminatórias a seis ou oito dígitos do Sistema Harmonizado (SH), utilizando como ponderação o valor das importações bilaterais. Empregando como exemplo a agregação utilizada nesta pesquisa, cada uma das nove regiões apresenta oito tarifas de importação diferentes para cada um dos seis setores.

A Tabela 3 mostra a redução tarifária intrabloco média para cada uma das regiões. Ressalta-se que o experimento supõe a redução nas tarifas de importação entre os membros do acordo, portanto são apresentadas somente as variações dessas regiões. No México, observa-se uma redução significativa das tarifas de importação dos produtos primários provenientes do Chile e do Peru, que supera os 13%. Nos produtos industrializados, a queda é elevada somente para o Peru, refletindo o maior grau de protecionismo vigente nesses setores antes da criação do acordo.

**Tabela 3: Variação das Tarifas de Importação dos Países da AP (%)**

<b>México</b>	Chile	Colômbia	Peru	<b>Colômbia</b>	México	Chile	Peru
Primários	-13,4	-8,2	-13,7	Primários	-10,1	-15,5	-0,2
Baixa	0,0	-2,5	-18,2	Baixa	-15,8	-14,3	0,0
Media-Baixa	0,0	-2,1	-11,0	Media-Baixa	-12,2	-10,2	0,0
Media-Alta	0,0	-2,8	-20,3	Media-Alta	-11,0	-15,2	0,0
Alta	0,0	-2,7	-16,8	Alta	-10,9	-13,0	-0,1
Serviços	0,0	0,0	0,0	Serviços	0,0	0,0	0,0
<b>Chile</b>	México	Colômbia	Peru	<b>Peru</b>	México	Chile	Colômbia
Primários	0,0	-6,7	-7,0	Primários	-11,4	-20,9	-3,8
Baixa	0,0	-7,0	-7,0	Baixa	-13,0	-14,0	-3,2
Media-Baixa	0,0	-7,0	-7,0	Media-Baixa	-12,0	-12,0	-2,1
Media-Alta	0,0	-7,0	-7,0	Media-Alta	-12,0	-12,1	-2,2
Alta	0,0	-7,0	-7,0	Alta	-12,3	-12,6	-2,9
Serviços	0,0	0,0	0,0	Serviços	0,0	0,0	0,0

Fonte: GTAP (Base de Dados).

Já no Chile, devido à tarifa linear de importação que o país aplica em relação aos seus parceiros comerciais não-preferenciais, a queda é idêntica em todos os setores, de 7%, para a Colômbia e Peru. Em relação ao México, como já há um acordo de livre comércio vigente, não

<sup>8</sup> O fechamento, ou *closure*, de um cenário pode ser considerado como uma maneira especial de escolha das variáveis endógenas e exógenas do modelo. Para que a resolução do modelo chegue a uma conclusão, é necessário que o número de equações seja igual ao número de variáveis endógenas. Como o número de variáveis geralmente é superior ao número de equações, devem ser selecionadas algumas variáveis para serem exógenas ao modelo (FEIJÓ; STEFFENS, 2013).

houve alteração nas tarifas de importação. No caso da Colômbia, a redução tarifária se aplica somente ao México e ao Chile – variando entre 10% e 15% –, pois o Peru por ser membro da Comunidade Andina (CAN) já usufrui de livre acesso ao mercado colombiano. Por fim, o Peru reduz mais fortemente a tarifa de importação para os produtos provenientes do Chile, especialmente de produtos primários (20,9%), com pequenas reduções para Colômbia, devido aos acordos no âmbito da CAN.

A direção e a magnitude dos efeitos de uma mudança da política comercial não dependem somente do tamanho do choque. Também é preciso examinar as elasticidades de cada setor, que refletem o tamanho do impacto que uma variação no preço exerce sobre a demanda. A Tabela 4 mostra os valores da elasticidade de substituição entre os fatores primários (ESUBVA), entre os bens domésticos e importados da estrutura de agregação de Armington (ESUBD) e entre importações de diferentes fontes (ESUBM). Assim, maiores reduções tarifárias aliadas às mais altas elasticidades de substituição permitem deduzir, antecipadamente, que as variações mais significativas na produção doméstica, nas importações e no bem-estar ocorrerão no setor de produtos primários e de alta intensidade tecnológica. Em contrapartida, esperam-se resultados menos expressivos nos demais setores industriais, pois eles apresentam elasticidade de substituição mais baixa.

**Tabela 4: Elasticidades de Substituição**

Setores	ESUBVA	ESUBD	ESUBM
Primários	0,38	3,68	10,22
Baixa	1,16	2,72	6,17
Media-Baixa	1,26	3,02	6,23
Media-Alta	1,26	3,11	6,17
Alta	1,26	4,15	8,35
Serviços	1,38	1,94	3,85

Fonte: GTAP (Base de Dados).

Como há um processo de negociação para a formação de uma Zona de Livre Comércio entre os países da AP, pretende-se examinar se a formação desse acordo comercial geraria ganhos de bem-estar aos seus futuros membros, bem como o perfil de comércio que seria estimulado por esse processo de integração, bem como os seus efeitos sobre o MERCOSUL. Os resultados dessa simulação são apresentados na próxima seção.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 Impactos Sobre a Produção Doméstica e o Comércio Internacional

O comportamento da produção é, em boa parte, explicado pela evolução do comércio internacional, fruto da criação do acordo comercial. Como era de se esperar, o Chile é o país mais afetado, com as maiores variações naqueles setores com maior redução das tarifas de importação, apresentando as maiores variações na produção doméstica. Os produtos de alta tecnologia e os primários são os que mais beneficiam do processo de liberalização, com uma expansão da produção de 1,9% e 2,6%, respectivamente (Tabela 5). Isso reflete tanto a maior liberalização ocorrida nesses setores nos demais membros da AP para as exportações do Chile, como a maior sensibilidade dos mesmos às variações de preços, dada as maiores elasticidades encontradas nesses dois setores. Isso acabou gerando um aumento da demanda do bloco por produtos chilenos.

O México, ao contrário, é o país que sofre as menores variações de sua produção doméstica, resultado de sua maior integração prévia com os países do futuro bloco, especialmente com o Chile, que não propiciou uma queda expressiva de tarifas de importações nos demais países da AP. Nos

outros países da AP as variações na produção doméstica foram pouco significativas, refletindo as pequenas alterações nas tarifas de importações. Nas demais regiões examinadas, praticamente não houve alterações em sua estrutura produtiva. Mas o MERCOSUL foi a região que registrou a maior queda da produção do setor de média-alta tecnologia, chegando a 0,04%.

**Tabela 5: Variação da Produção Doméstica (%)**

Setores	Mexico	Chile	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	-0,12	1,91	-0,02	-0,17	0,01	0,00	0,00	-0,02	0,00
Baixa	0,01	-0,72	-0,11	0,14	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
Media-Baixa	0,01	-1,68	0,15	1,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
Media-Alta	0,21	1,09	0,55	-0,34	-0,04	-0,01	-0,01	0,00	-0,01
Alta	-0,03	2,63	0,52	-0,78	0,03	0,00	-0,01	0,01	0,00
Svces	0,00	-0,14	-0,02	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: GTAP (Simulação).

A Tabela 6 mostra a variação nas importações da AP. As importações de produtos primários tiveram o maior destaque em todos os países do bloco, com uma forte expansão. No México, as importações dos três parceiros desse segmento cresceram acima de 100%, com destaque para o Peru (258%) e Chile (192%), em detrimento das importações dos demais parceiros comerciais de fora do bloco, que registraram queda. As importações do país aumentaram em todos os setores tanto da Colômbia como do Peru, especialmente do último, que foi beneficiado pela maior redução tarifária. Como a redução de tarifas do México somente afetou o setor primário do Chile, houve uma queda das importações dos demais setores, beneficiando os outros dois parceiros da AP. Um padrão similar foi observado no Chile, com aumento significativo das importações dos membros da AP, à exceção do México, pois não ocorreu uma queda das tarifas para esse país. Os demais parceiros de fora da AP foram pouco afetados pela integração, com variações pouco representativas das importações chilenas.

Nos mercados da Colômbia e do Peru, as importações cresceram de forma expressiva tanto do México como do Chile, especialmente de produtos primários e de alta tecnologia, refletindo a queda das tarifas de importação, em detrimento das demais regiões. As compras do Peru de produtos primários do Chile mostraram a maior expansão, chegando a 397%. As importações da Colômbia provenientes do Peru, por sua vez, declinaram em todos os setores, enquanto houve uma elevação de pequena intensidade das importações peruanas da Colômbia, mas muito abaixo do observado dos demais países da AP. As importações do bloco dos demais parceiros comerciais não tiveram mudanças expressivas, chegando a ocorrer um pequeno aumento das importações, especialmente dos produtos industriais de maior conteúdo tecnológico, ocupando o espaço perdido pelo Brasil.

Os resultados da simulação sinalizam para um padrão de comércio bem definido entre os parceiros da AP. A criação do acordo comercial indica um aprofundamento da relação comercial entre México e Chile com a Colômbia e o Peru, mas com pequeno impacto na relação México-Chile e Peru-Colômbia. Isso reflete a menor liberalização que ocorreu nesses dois pares de países entre si, pois já há acordos de integração prévios, limitando o escopo dos ganhos oriundos da formação da AP. Em relação ao perfil de comércio, os setores mais beneficiados seriam o de produtos primários e o de alta tecnologia, onde a redução tarifária foi maior, tendo como resultado um maior intercâmbio comercial entre os países da AP, em detrimento das demais regiões examinadas nesse experimento.

**Tabela 6: Variação no Volume das Importações dos Países da AP (%)**

qxs[**Mexico]	Chile	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	191,89	117,1	258,05	-3,06	-3,26	-3,26	-3,12	-3,25
Baixa	-5,51	17,38	178,22	-0,28	-0,41	-0,4	-0,37	-0,4
Media-Baixa	-3,69	14,32	93,35	0,14	0,02	0,02	0,05	0,02
Media-Alta	-3,2	20,65	218	0,22	0,09	0,09	0,11	0,09
Alta	-4,83	27,49	263,1	0,22	0,04	0,05	0,08	0,05
Serviços	-3,23	0,17	-0,42	0,29	0,18	0,18	0,2	0,18

qxs[**Chile]	Mexico	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	-0,66	93,63	97,98	-0,43	-0,63	-0,63	-0,5	-0,62
Baixa	0,25	53,94	52,14	0,64	0,51	0,51	0,54	0,51
Media-Baixa	-1,39	51,55	52,24	-0,97	-1,09	-1,09	-1,06	-1,08
Media-Alta	-0,25	54,38	54,28	0,13	0,01	0,01	0,03	0,01
Alta	0,1	80,23	76,19	0,74	0,56	0,56	0,59	0,57
Serviços	1,2	1,53	0,92	1,64	1,54	1,54	1,56	1,54

qxs[**Colombia]	Mexico	Chile	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	143,88	230,28	-6,71	-8,57	-8,76	-8,76	-8,64	-8,75
Baixa	125,63	98,77	-8,4	-8,1	-8,22	-8,22	-8,2	-8,22
Media-Baixa	96,17	69,86	-2,71	-3,59	-3,7	-3,7	-3,68	-3,7
Media-Alta	77,62	117,51	-4,69	-6,11	-6,23	-6,22	-6,2	-6,22
Alta	121,65	148,26	-5,36	-5,59	-5,76	-5,75	-5,73	-5,75
Serviços	-0,34	-3,42	-0,62	0,09	-0,01	-0,01	0	-0,01

qxs[**Peru]	Mexico	Chile	Colombia	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	157,73	397,27	26,31	-13,84	-14,01	-14,01	-13,9	-14
Baixa	79,27	80,07	4,02	-15,25	-15,36	-15,36	-15,33	-15,36
Media-Baixa	88,66	82,38	6,9	-6,47	-6,58	-6,58	-6,56	-6,58
Media-Alta	82,34	77,59	5,4	-9,03	-9,14	-9,13	-9,12	-9,13
Alta	143,98	138,46	21,01	-6,44	-6,61	-6,6	-6,58	-6,6
Serviços	-0,02	-3,11	0,3	0,41	0,31	0,31	0,33	0,31

Fonte: GTAP (Simulação).

Como já era esperado, o MERCOSUL, assim como ocorreu com as demais regiões examinadas, perdeu mercado em praticamente todos os setores nos países da AP. O setor mais prejudicado foi o de produtos primários, cujas importações declinaram em todos os membros da AP, chegando a cair 13,4% no Peru. Na Colômbia e no Peru, houve uma queda das importações do MERCOSUL em todos os setores comercializáveis. Esses resultados mostram uma perda de espaço do MERCOSUL nos vizinhos da América Latina, devido ao aumento do comércio entre os membros da AP.

## 5.2 Efeito Sobre o Bem-Estar

Em modelos de equilíbrio geral baseados em uma estrutura de mercado de concorrência perfeita, com dotação de fatores e tecnologia fixa, a forma de incrementar o bem-estar ocorre através da redução das distorções existentes com as mudanças na eficiência alocativa resultantes da interação entre as mudanças nas tarifas e quantidades<sup>9</sup>. Entretanto, as mudanças no bem-estar não

<sup>9</sup> A variação no equivalente da renda do consumidor regional (EV) reflete a diferença entre a despesa requerida para obter o novo nível de utilidade aos preços iniciais (YEV) e o nível de utilidade disponível no equilíbrio inicial (Y), ou seja,  $EV=YEV-Y$ .

estão restritas às mudanças alocativas, mas também incluem as mudanças nos termos de troca<sup>10</sup> e no preço relativo da poupança e investimento (AZEVEDO; FEIJÓ, 2010)<sup>11</sup>.

A criação da Aliança do Pacífico é benéfica, do ponto de vista do bem-estar, apenas para o Chile e o México, gerando perdas para Colômbia e Peru e demais regiões analisadas (Tabela 7). No caso chileno, observa-se o maior ganho agregado de bem-estar, da ordem de US\$ 220 milhões, o equivalente a 0,33% do PIB do país, impulsionado principalmente pela melhoria nos termos de troca (US\$ 229 milhões). O ganho de bem-estar do México é um pouco inferior, chegando a US\$ 83 milhões, provocado pela melhor alocação de seus recursos e pela melhoria dos termos de troca. A Colômbia mostra a maior perda, chegando a US\$ 49 milhões, em razão da piora dos seus termos de troca e de eficiência alocativa. Em todas as demais regiões examinadas há uma perda de bem-estar, devido à deterioração dos termos de troca. Apesar disso, o efeito total do acordo foi praticamente nulo, gerando uma perda de US\$ 4 milhões.

**Tabela 7: Efeitos sobre o Bem-Estar (em milhões de US\$)**

Regiões	Efeitos Alocativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total	% do PIB
1 Mexico	16,41	75,19	-8,37	83,23	0,013
2 Chile	15,96	229,11	-24,09	220,98	0,333
3 Colombia	-27,08	-20,45	-1,65	-49,18	-0,060
4 Peru	1,76	-10,45	0,11	-8,58	-0,016
5 Mercosul	-20,17	-36,81	1,35	-55,63	-0,006
6 BRICS	8,84	-12,66	11,7	7,88	0,000
7 UE	-7,25	-40,3	10,93	-36,62	0,000
8 NAFTA	4,18	-129,26	-11,19	-136,27	-0,001
9 ROW	4,04	-55,37	21,46	-29,87	0,000
Total	-3,31	-1,01	0,25	-4,07	0,000

Fonte: GTAP (Simulação).

É importante apresentar a origem dos ganhos ou perdas alocativas e da variação nos termos de troca sob o ponto de vista setorial. Os efeitos alocativos estão estreitamente relacionados com a magnitude na qual um país reduz suas tarifas de importação. Produtos importados mais baratos provocam ganhos tanto no consumo ampliado quanto na forma na qual os recursos domésticos são aplicados (AZEVEDO; FEIJÓ, 2010).

A análise da decomposição da eficiência alocativa mostra que, à exceção dos produtos primários no México e dos serviços no Chile, todos os demais obtiveram ganhos de eficiência nesses dois países, que foram os que mais se beneficiaram nesse aspecto, como mostra a Tabela 8. No México, os ganhos chegaram a US\$ 16,4 milhões, como resultado de um significativo aumento das importações, especialmente dos parceiros da AP, que liberou os recursos do país para serem empregados em setores onde ele é mais eficiente. Um resultado semelhante foi observado no Chile. No entanto, na Colômbia houve uma perda de eficiência, que atingiu a US\$ 27 milhões, enquanto a variação no Peru foi praticamente nula. A região que apresentou a maior perda de eficiência foi o MERCOSUL, disseminada em todos os setores, devido a maior dificuldade de acesso aos mercados da AP, em razão a liberalização discriminatória. Como resultado, a simulação proporcionou uma redução global de eficiência alocativa de US\$ 3,3 milhões.

<sup>10</sup> Os termos de troca são definidos como a razão entre os preços recebidos pelos produtos comercializáveis e os preços pagos por eles.

<sup>11</sup> O impacto sobre o bem-estar derivado do componente investimento-poupança (I-S) depende do preço da poupança e do investimento e do fato da região ser uma supridora ou recebedora líquida de poupança. As regiões que são supridoras líquidas de poupança se beneficiam de um aumento no preço da poupança em relação ao preço do investimento, enquanto os recebedores líquidos perdem.

**Tabela 8: Decomposição da Eficiência Alcativa (milhões de US\$)**

Setores	Mexico	Chile	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW	Total
Primários	-7,79	4,49	1,79	-0,82	-4,21	5,31	-2,93	2,52	2,03	0,39
Baixa	6,56	6,69	-5,54	0,64	-3,43	5,12	-0,49	1,8	7,89	19,25
Media-Baixa	3,74	0,78	-3,22	5,3	-1,86	0,86	-2,71	-0,96	-0,69	1,24
Media-Alta	10,37	3,03	-8,78	-6,59	-4,84	-1,5	0,46	-0,08	-4,56	-12,48
Alta	0,5	4,06	-11,09	2,9	-4,06	-1,07	0,32	0,41	-1,52	-9,56
Serviços	2,39	-3,09	-0,24	0,32	-1,86	0,11	-0,78	0,37	0,79	-2,01
Total	16,41	15,96	-27,08	1,76	-20,17	8,84	-7,25	4,19	4,04	-3,31

Fonte: GTAP (Simulação).

A variação dos termos de troca domina as mudanças totais sobre o bem-estar para todas as regiões, com exceção da Colômbia. A maior redução tarifária promovida pela Colômbia e pelo Peru aumentou suas demandas de importações, principalmente dos demais membros da AP. Assim, México e Chile se beneficiaram da maior demanda por seus produtos, elevando os seus preços de exportação, o que resultou em melhoria dos termos de troca para ambos. Este fenômeno proporciona um aumento do bem-estar total desses dois países. Os ganhos do Chile chegaram a US\$ 230 milhões, enquanto no México eles alcançaram US\$ 75,2 milhões (Tabela 9). O MERCOSUL, mais uma vez, é a região de fora da AP que mais foi prejudicada, com uma deterioração dos termos de troca de US\$ 20 milhões.

**Tabela 9: Variação nos Termos de Troca (milhões de US\$)**

Setores	Mexico	Chile	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW	Total
Primarios	-6,6	54,1	-4,6	-3,1	-11,7	1,9	-3,3	-18,61	-7,65	0,49
Baixa	7,3	82,3	-6,4	-2,3	-10,7	-13,2	-9,9	-20,71	-30,84	-4,41
MediaBaixa	3,2	37,7	-1,6	-5,7	-6,1	-4,0	-12,1	-7,6	-4,83	-1,09
MediaAlta	15,9	9,4	-5,8	-1,4	-1,4	1,2	-2,8	-14,94	0,14	0,4
Alta	45,2	4,1	-2,2	-0,3	-2,2	1,8	1,8	-43,94	1,68	5,83
Svces	10,3	42,5	0,0	2,3	-4,7	-0,5	-14,1	-23,47	-13,88	-1,53
Total	75,2	230,1	-20,6	-10,6	-36,8	-12,7	-40,3	-129,27	-55,37	-0,31

Fonte: GTAP (Simulação).

É possível perceber que o acordo de comércio entre os membros da AP apresentou resultados de magnitude muito pequena, tanto em termos de comércio como de bem-estar. Isso, de um lado, se deve à hipótese de concorrência perfeita, que limita aos efeitos estáticos os benefícios da integração. Mas, de outro lado, as alterações nas tarifas de importação também não foram significativas, pois os países participantes do processo de integração já apresentam tarifas MFN relativamente baixas, bem como alguns deles já apresentam acordos preferenciais de comércio entre si. Esse é o caso de México e Chile (acordo bilateral) e Colômbia e Peru (Comunidade Andina).

Três aspectos se distinguem no presente estudo. O primeiro se refere ao exame da AP por meio do modelo de EGC, pois até onde o autor tem conhecimento, não há outros trabalhos que examinem esse bloco utilizando essa metodologia. O segundo aspecto se refere à agregação setorial, que seguiu a classificação da OCDE, a fim de visualizar o efeito do acordo sobre os setores, segundo sua intensidade tecnológica. Assim, não foi possível comparar os resultados aqui apresentados com a literatura. O terceiro se refere a perda de espaço do MERCOSUL junto aos seus parceiros regionais. A redução das exportações para os membros da AP e a perda de bem-estar do bloco confirmam o maior isolamento que os membros do MERCOSUL estão sofrendo com a proliferação de acordos preferenciais de comércio, enquanto o bloco mantém a sua letargia para firmar novas parcerias comerciais, conforme destaca IEDI (2013).

Há uma convergência entre os economistas sobre o papel central da inovação e da difusão tecnológica no aumento da produtividade. E elas ocorrem com mais frequência e intensidade justamente nos setores de maior conteúdo tecnológico. No longo prazo, como se sabe, o crescimento econômico depende da elevação da produtividade de um país. Esse pode ser o maior benefício da AP para Chile e México, com ambos obtendo ganhos de bem-estar nos setores de média-alta e alta intensidade tecnológica. É possível que a análise dos ganhos dinâmicos, decorrentes dos efeitos do bloco sobre o crescimento econômico, encontre resultados mais significativos, mas os aqui encontrados sinalizam que os maiores beneficiários desse processo de integração devem ser Chile e México.

## 6 CONCLUSÕES

Esse artigo buscou examinar o mais recente processo de integração latino-americano. Os países membros da Aliança do Pacífico têm uma postura mais liberal em comparação aos demais países da região. Nesse sentido, dada a já elevada integração da AP com seus parceiros comerciais, buscou-se examinar os efeitos da criação do bloco, tanto sobre seus membros como não-membros, através de um modelo de EGC, sobre produção, fluxos de comércio e bem-estar das regiões analisadas. Os principais resultados da simulação realizada, que agregou os setores de acordo com a sua intensidade tecnológica, embora tenham tido uma magnitude pequena, tanto em termos de produção como de bem-estar, mostram que há ganhadores e perdedores nesse processo.

É verdade que os efeitos foram reduzidos, mas a explicação reside no fato das alterações nas tarifas de importação também não terem sido significativas, pois os países participantes do processo de integração já apresentam tarifas MFN relativamente baixas, bem como alguns deles já apresentam acordos preferenciais de comércio entre si. Esse é o caso, por exemplo, de México e Chile (acordo bilateral) e Colômbia e Peru (Comunidade Andina). Isso acaba reduzindo o escopo dos ganhos propiciados pelos modelos de EGC. Além disso, a literatura que trata de modelos de EGC mostra que os ganhos de bem-estar são usualmente maiores em modelos com competição imperfeita quando comparados aos modelos que só permitem competição perfeita.

Os resultados apontaram que os maiores beneficiados pelo AP seriam Chile e México, devido à melhoria de seus termos de troca, gerando ganhos de bem-estar para esses países. A maior redução tarifária promovida pela Colômbia e Peru aumentou suas demandas de importações, principalmente dos demais membros da AP. Assim, México e Chile se beneficiaram da maior demanda por seus produtos, elevando os seus preços de exportação, o que resultou em melhoria dos termos de troca para ambos. Os ganhos do Chile chegaram a US\$ 230 milhões, enquanto no México eles alcançaram US\$ 75,2 milhões.

Os ganhos acabam sendo obtidos em detrimento da Colômbia e Peru e das demais regiões examinadas. Os maiores perdedores de fora do bloco são NAFTA e MERCOSUL e as perdas estão associadas à deterioração de seus termos de troca. As preferências concedidas aos parceiros da AP acabaram reduzindo o acesso desses dois importantes parceiros comerciais ao mercado do bloco, o que gerou uma deterioração de seus termos de troca. A menor demanda por seus produtos causou uma queda de seus preços de exportação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. F. Z. Mercosul: o impacto da liberalização preferencial e as perspectivas para a união aduaneira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 167-196, 2008.

AZEVEDO, A. F. Z.; FEIJÓ, F. T. Análise empírica do impacto econômico da Alca e da consolidação do MERCOSUL sobre o Brasil. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 3, 2010.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Carta mensal do INTAL: ALIANÇA do Pacífico e MERCOSUL: perfis de comércio. Washington, DC. v. 215, p. 7-18, jul. 2014. Disponível em <<http://publications.iadb.org/handle/11319/6565?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 16 set. 2014.

CAVALVANTE, J.; MERCENIER, J. Uma avaliação dos ganhos dinâmicos do Mercosul usando equilíbrio geral. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 29, p. 153-184, 1999.

CEPAL, La Alianza del Pacífico y el MERCOSUR: Hacia la convergencia en la diversidad. Nações Unidas, novembro de 2014.

ETHIER, W. The New Regionalism, **The Economic Journal**, v. 449, p.1149-1161. 1998.

FLORES, R. The gains from Mercosur: a general equilibrium, imperfect competition evaluation. **Journal of Policy Modeling**, v. 19, p. 1-18, 1997.

FEIJÓ, F. T.; STEFFENS, C. **Comércio internacional, demanda por trabalho e a questão da desindustrialização no Brasil**: uma abordagem utilizando Equilíbrio Geral Computável (EGC). Porto Alegre: UFRGS, 2013. (TD 2013/04).

FERRAZ, L. P. C. **Acordos bilaterais de comércio entre os BRICS**: uma abordagem de equilíbrio geral. Rio de Janeiro: IPEA/FGV, 2013.

FURTADO, A. T.; CARVALHO, R. Q. Padrões de intensidade tecnológica da indústria brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 70-84. jan./mar. 2005.

HARRISON, G.; RUTHERFORD, T.; TARR, D. Quantifying the Uruguay Round. **The Economic Journal**, v. 107, p. 1405-1430, 1997.

HERTEL, T. W. (ed.). **Global trade analysis: modeling and applications**. New York: Cambridge University Press, 1997.

HERTEL, T. W. et al. Mending the family tree: a reconciliation of the linearization and levels schools of AGE modelling. **Economic Modelling**, vol. 9, p. 385-407, 1992.

HERTEL, T. W.; TSIGAS, M. Structure of GTAP. In: HERTEL, T. W. (ed.). **Global trade analysis: modelling and applications**. New York: Cambridge University Press, 1997. p. 13-73.

HORRIDGE, M.. A simplified general equilibrium model. Australia: Centre of Policy Studies and the Impact Project/Monash University, 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI) **A Multiplicação dos Acordos Preferenciais de Comércio e o Isolamento do Brasil** (2013).

MARKWALD, R. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: o balanço de uma década. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 68, p. 4-25, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). The results of the Uruguay round of multilateral trade negotiations: Market Access for Goods and Services: Overview of the Results, Genebra, 1994. Disponível em: <http://www.ub.edu/prometheus21/articulos/archivos/gatt.PDF> Acesso em: 25 Fev. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC), World Trade Report 2012 – Trade and Public Policies: A closer look at nontariff measures, Genebra, 2012, 248 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Sistema de Información sobre los Acuerdos Comerciales Regionales (SI-ACR), 2013. Disponível em <<http://rtais.wto.org/UI/PublicMaintainRTAHome.aspx>>. Acesso em 9 set. 2014.

ROLAND-HORST, D.; REINERT, K.; SHIELLS, C. North-American trade liberalization and the role of nontariff barriers. Economy-wide modelling of the economic implications of a FTA with Mexico and a Nafta with Mexico and Canada, 1992 (U.S. International Trade Commission Publication, n. 2508).

WATANAKI, M.; MONTEAGUDO, J. Regional trade agreements for Mercosur: the FTAA and the FTA with the European Union. Artigo apresentado no Seminário Impacts of Trade Liberalization Agreements on Latin America and the Caribbean, Washington: CEPII e BID (orgs.), 2001.

WINTERS, A. **Regionalism and multilateralism**: What economists have to say. Washington: World bank. DEC Notes Research Findings n.26.